



**A REVOLTA CONTRA A SIMETRIA DAS INFORMAÇÕES:
O CASO DO JORNAL PESSOAL NO ESTADO DO PARÁ**

Autor (a): **Rodolfo Silva Marques, UFRGS-CAPES**
rodolfo.smarques@gmail.com

V CONGRESSO URUGUAIO
DE CIÊNCIA POLÍTICA
7 A 10 DE OUTUBRO - MONTEVIDÉU
CLIQUE PARA OUTRAS INFORMAÇÕES



A REVOLTA CONTRA A SIMETRIA DAS INFORMAÇÕES: O CASO DO JORNAL PESSOAL NO ESTADO DO PARÁ

Rodolfo Silva Marques¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar de que forma os jornais O Liberal e Diário do Pará, embora sejam concorrentes empresariais e políticos, podem apresentar um eventual alinhamento dos interesses das elites que representam, de modo a restringir o acesso à informação pela população do Estado do Pará. Nesse cenário, o Jornal Pessoal, de pequena circulação e editado solitariamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, representa uma alternativa relevante ao eventual alinhamento dos interesses dos referidos grupos empresariais e políticos, permitindo que o acesso as informações não seja constrangido por tais jogos de poder. Partindo da perspectiva da teoria democrática schumpeteriana, o presente artigo se empenha em demonstrar como o Jornal Pessoal interfere no controle das informações pelos dois grandes jornais do Estado do Pará.

Palavras-chave: Simetria; acesso à informação; jogos de poder

Key-Words: *simetry; acess to information; power's games*

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante da Comissão Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Professor Universitário da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA). E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com.





1. INTRODUÇÃO

O Estado do Pará, o segundo maior em extensão territorial no Brasil e com uma população aproximadamente 8.000.000 de habitantes segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010), dispõe de dois jornais de grande circulação – *O Liberal* e *O Diário do Pará* – que disputam as preferências dos leitores. A disputa entre os dois grandes jornais pela conquista do mercado consumidor estadual ultrapassa, na verdade, a mera competição empresarial para se converter em uma forte e renhida luta política em que não falta sequer a troca de acusações pessoais infames entre dirigentes de cada um dos grupos de comunicação social. O gigantismo dos dois grupos de comunicação rivais, ao menos para os padrões locais, não tem deixado espaço para o surgimento de outros jornais para lhes fazer concorrência.

A única exceção é o *Jornal Pessoal*, escrito e editado solitariamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Embora tenha uma edição e circulação bem limitadas, bem abaixo da capacidade exibida pelos dois “titãs” da imprensa regional, o *Jornal Pessoal* é, sem dúvida alguma, uma publicação que influencia a opinião pública por uma série de razões, como veremos adiante, sendo uma delas certamente a credibilidade de seu único autor, capaz de torná-lo um ator relevante no cenário institucional aqui sumariamente esboçado.

Lúcio Flávio Pinto, 65 anos, é jornalista e sociólogo, com 45 anos dedicados ao jornalismo e observador da política paraense e da realidade Amazônica. Ele é o editor e único redator do *Jornal Pessoal*, publicado quinzenalmente desde 1987, de forma ininterrupta.

Assim, o presente artigo objetiva, em primeiro lugar, analisar como os grupos de comunicação social, Organizações Rômulo Maiorana (ORM), responsável pela edição do jornal *O Liberal*; e *Rede Brasil Amazônia* (RBA), ao qual se vincula o jornal *Diário do Pará*, dispõem seus interesses empresariais e, sobretudo, políticos em face da tentativa de conquistar, senão mesmo monopolizar, o mercado da informação no Estado do Pará. E, em segundo lugar, como o *Jornal Pessoal* acaba por se contrapor, em larga medida e ainda que de modo limitado, à uniformização da informação.

Entretanto, acima de tudo, o que o presente ensaio pretende demonstrar é que a competição empresarial e política entre os dois grandes grupos termina por engendrar um relativo acesso à liberdade de informação, reforçada pela ação crítica do *Jornal Pessoal*.





Aqui, nossa principal inferência é que, tomando como referencial teórico o pensamento político de Joseph Schumpeter, as duas empresas de comunicação citadas representam elites políticas distintas em contínua competição entre si, o que assegura um relativo espaço para o acesso à informação jornalística pelos cidadãos que consomem notícias. Todavia, não é pequeno o risco de que venha a ocorrer um alinhamento político contingencial entre os dois grandes grupos de comunicação paraenses. Neste caso, em se configurando tal hipótese, sucederia uma simetria unívoca de informações, de modo a afetar exponencialmente o acesso às certas informações de interesse público. Em tal cenário, porém, restaria a atuação do *Jornal Pessoal* para romper esse eventual cerco ao acesso à pluralidade de informações, mas estimar o alcance de sua influência é outra tarefa a que se propõe o presente ensaio.

2. A GÊNESE DO JORNAL “O LIBERAL” COMO SUCEDÂNEO DO COMBATIVO “A FOLHA DO NORTE”

A cena política paraense foi marcada por muitas décadas pelos embates que envolviam, de um lado, o governador Magalhães Barata, representante plenipotenciário do ditador e, depois, presidente constitucional Getúlio Vargas no Pará, e, de outro, seus adversários políticos, dentre os quais se incluem o jornalista Paulo Maranhão, dono e provavelmente o mais afamado redator do jornal *A Folha do Norte*.

O poder político hiperbólico de que Magalhães Barata usufruía no plano estadual encontrava rigorosa semelhança com a influência exercida por Getúlio Dornelles Vargas no plano nacional. Por certo, todavia, havia diferenças idiossincráticas entre os dois políticos, sendo indubitável que, embora não fosse um propriamente anjo, sobretudo no período em que foi o ditador do Estado Novo, Getúlio Vargas possuía um refinamento intelectual e um faro político acentuado que faltavam ao líder paraense. O folclore político estadual dá conta, inclusive, de várias estórias que narram decisões governamentais tomadas por Magalhães Barata nas quais avultam seu caráter prepotente com pouco ou nenhum apreço pelas regras legais. Outra distinção que não pode ser ignorada é que Getúlio Vargas pertencia e dirigia o Partido Trabalhista





Brasileiro – PTB -, ao passo que Magalhães Barata integrava o Partido Social Democrático – PSD -, embora ambos tenham sido criados pelo político gaúcho.

Quando foi governador do Estado do Pará – primeiro como interventor nomeado pelo ditador Getúlio Vargas no período do Estado Novo e, depois, como governador eleito por sufrágio universal direto -, Magalhães Barata sofreu a oposição do jornal *A Folha do Norte*, dirigido pelo jornalista Paulo Maranhão. Não havia naquela época a idéia, hoje mais ou menos assentada entre nós, de que era preciso respeitar a oposição partidária em respeito ao pluralismo e/ou ao dissenso políticos. Sobretudo para quem estava na oposição, fazer política significava quase sempre ficar exposto a diversos de constrangimentos e até mesmo eventual emprego de violência física pelos chamados seguidores de Magalhães Barata, alcunhados baratistas.

Foi nesse cenário de extrema polarização política – ou se era baratista ou seu reverso, havendo pouco espaço para posições alternativas ou eqüidistante de ambas – que o jornal *A Folha do Norte* conheceu o ápice de sua singular trajetória, embora, como foi dito, estivesse em clara oposição ao carismático, mas autoritário, governador Magalhães Barata. Os editoriais críticos do jornalista Paulo Maranhão se tornaram a voz mais vibrante e popular contra os atos dos governos baratistas.

Décadas depois, quando o jornal não mais existia, o ótimo escritor Haroldo Maranhão, neto do ex-proprietário e jornalista Paulo Maranhão, lembrou como o tenso momento político então vivido levou a família a se insular no próprio prédio do jornal com receio de que pudesse ser alvo de atos de violência ou vandalismo pelos agentes e/ou simpatizantes de Magalhães Barata. Assim, no livro autobiográfico *Querido Ivan*, Haroldo Maranhão narra como ele e o irmão Ivan passaram a infância tendo pouco contato com o ambiente externo ao do prédio que abrigava o jornal e a casa ao mesmo tempo:

Creio que jamais viajamos de ônibus, tudo à conta dos ódios políticos que lavraram na cidade. Raras vezes descemos ao Boulevard. Então, tornamo-nos precocemente adultos, direcionando nossas brincadeiras de infância no sentido de brincar de jornalistas e de gráficos, o que resultou em acabarmos sendo quase doutores num ofício que nos foi útil, feito o balanço de tudo. Puseram-nos na testa o rótulo de sermos um dos Maranhões. Éramos estrangeiros na própria terra e purgávamos por desavenças que não eram nossas (...). (1998: 40).

O jornal *A Folha do Norte* sobreviveu à morte do líder político Magalhães Barata, cujo governo combatia, ocorrida em 1959, mas não por muito tempo. Com a morte de Paulo





Maranhão, o jornal foi, aos poucos, definindo até ser comprado nos anos 1960 pelo empresário Rômulo Maiorana que preferiu chamar o jornal de *O Liberal*. A família Maiorana construiu o Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação e, nos anos de 1980, após a morte do patriarca e seu principal líder, o Sistema deu origem às Organizações Romulo Maiorana, um dos principais grupos empresariais no ramo da Comunicação Social e da qual fazem parte os jornais *O Liberal* e *Amazônia* (este, fundado em 2010); as emissoras de Rádio Liberal FM (musical popular), Lib Music (musical segmentada) e *O Liberal* CBN (jornalística); a TV Liberal (afiliada à TV Globo); a ORM Cabo (TV por assinatura); e o Portal ORM (portal de notícias na Internet).

Nos dias atuais, segundo dados disponíveis no próprio grupo de Comunicação, a tiragem média de *O Liberal* é superior a 35 mil exemplares nos dias de semana, aproximando-se dos 80 mil exemplares aos domingos – entre os maiores em tiragem no Norte-Nordeste do Brasil.

3. ADVENTO DO DIÁRIO DO PARÁ

O Liberal teve vários concorrentes durante décadas, sobretudo *A Província do Pará*, mas superou a todos, tornando-se, sem nenhuma dúvida, o jornal mais lido de Belém e do Estado do Pará. Até, todavia, surgir *O Diário do Pará*, jornal que no início dos anos 1980 era distribuído gratuitamente até nas portas da Universidade Federal do Pará e faculdades de Belém. Impresso inicialmente com apenas um caderno, nada indicava que teria vinda longa, em especial porque servia de instrumento de propaganda política para o seu proprietário, o então governador Jader Fontenelle Barbalho.

O tablóide, porém, cresceu à sombra da carreira política então ascendente de seu proprietário e, alguns anos depois, compunha um novo grupo de comunicação social chamado Rede Brasil Amazônia – RBA - ao qual se integrava também uma emissora de televisão, vinculada ao grupo Bandeirantes de São Paulo, bem como emissoras de rádio. Não cabe aqui indagar sobre como as intrincadas redes de relações políticas e econômicas permitem a certos políticos -, como, por exemplo, Jader Barbalho no Pará e José Sarney no Maranhão -, constituírem poderosos grupos de comunicação social que lhes servem como importante suporte político, influenciando decisivamente a opinião pública regional. Não obstante isso, é preciso





reconhecer que tais grupos de comunicação social não surgiram de deliberados empreendimentos do ramo que desejavam expandir seus negócios, mas trouxeram, desde o início, como que uma marca na frente que identificava o seu caráter nitidamente político-partidário.

Esse provável e aparente alinhamento dos veículos de comunicação aos grupos político-partidários – com e/ou para eles – se tornou causa e consequência ao mesmo tempo, a partir da premissa de que os meios de comunicação funcionam como reprodução social, por um lado (na perspectiva *althusseriana*), e, por outro, acabam por necessitar de investimentos públicos e privados para sobreviverem, com a venda de espaços publicitários, em especiais nos periódicos impressos, emissoras de rádio e de televisão.

Essa concentração da informação acaba inviabilizando, a priori, outras formas de acesso a outros tipos de conteúdos por parte da população, deixando tal cenário para iniciativas individuais e, muitas vezes, isoladas.

4. O JORNAL PESSOAL DESAFIA OS TITÃS DA IMPRENSA PARAENSE

O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais do que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará. Aos 45 anos, Romulo Maiorana Júnior é um dos homens mais poderosos do Pará. Exibe esse poder de várias maneiras (...). Ou fazer baixar o pano. Está aí, justamente, uma das fontes principais do poder de Romulo Júnior: a TV Liberal é uma das afiliadas da Rede Globo de Televisão. Essa conquista multiplicou a força que a corporação tinha quando o pai dispunha apenas de um jornal, já em carreira ascendente contra dois concorrentes, a Folha do Norte pré-moribunda e A Província do Pará claudicante. A retransmissão das imagens da Globo era feita pela TV Guajará, de Lopo e Conceição de Castro. Mesmo com todo trabalho de aproximação que empreendeu junto a Roberto Marinho, Romulo Maiorana pai não teria conquistado o trunfo se não contasse com a imperícia do antigo afiliado. (Pinto: 2005).

O trecho acima é do artigo "O Rei da Quitanda", em janeiro de 2005, em que Lúcio Flávio Pinto faz fortes críticas ao Grupo Liberal e ao seu principal executivo Romulo Maiorana Júnior, conhecido como "Rominho.", como se percebe neste outro trecho:





(...) Grande parte dos consumidores que acreditam no produto dos veículos Liberal acredita por falta de opção. O quase-monopólio dos Maiorana cria um estado de inércia difícil de romper: seus clientes não se sentem estimulados a buscar sucedâneos, ou simplesmente essa alternativa não existe para eles. No caso da TV, em função do domínio arrasador da Globo. Em relação à mídia impressa, porque nenhum competidor enfrentou-os com o investimento requerido para derrubar uma situação de décadas, nem o Diário do Pará, do deputado federal Jader Barbalho, claudicante na profissionalização e tímido no capital de risco. (...) Quando o negócio da informação se reduz a uma quitanda, o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais, e a informação, uma banana. É o que, em boa medida, explica o estado de prostração no qual o Pará se encontra, incapaz de entender seu drama, por falta de informações, e submisso à vontade do soba, que o manipula conforme seus caprichos. O poder enorme de Romulo Maiorana Júnior, solitário e caprichoso, é a contrafação da impotência do Estado no qual esse poder se nutre. (Pinto.a.: 2005)

Na década passada, Lúcio Flavio Pinto, respondeu – e responde até hoje – uma grande quantidade de processos judiciais – caso único na imprensa do Pará. A priori, o *Jornal Pessoal* inclui em sua agenda de conteúdo alguns temas que, em geral, ficam foram da chamada grande imprensa da região.

Tida como a mais relevante publicação independente do Pará e da Amazônia Legal, o *Jornal Pessoal* completa 26 anos em 2013. É uma das mais longevas publicações da mídia alternativa do país. Nas décadas de 1970 e 1980, Lúcio Flávio trabalhou em jornais da grande imprensa nacional, como, por exemplo, “O Estado de São Paulo”. A premissa fundamental de seu trabalho são as grandes reportagens e as análises político-econômicas – e sempre houve a tendência de incomodar a(s) elite(s) paraenses.

Com tiragem de aproximadamente 3.000 unidades, o *Jornal Pessoal* e seu editor trabalham prioritariamente em pautas voltadas para o contexto político regional, escândalos financeiros e faz crítica de mídia. A história do jornal ganhou linhas violentas no dia 21 de janeiro de 2005, quando Lúcio Flávio Pinto foi agredido em um restaurante, no centro da capital paraense, pelo empresário Ronaldo Maiorana, herdeiro do maior grupo de comunicações do Norte do país, as Organizações Romulo Maiorana. O empresário agrediu Lúcio Flávio pelas costas e o ameaçou de morte em represália ao artigo intitulado “O rei da quitanda”, veiculado na edição nº 337 do JP (1ª quinzena de janeiro de 2005).





Na nota ao público divulgada pelo jornal *Diário do Pará*, concorrente de *O Liberal*, editado pelos Maiorana, Lúcio Flávio argumenta:

(...) Como Ronaldo Maiorana proclamou, aos brados, que vai me matar para que eu “nunca mais fale” de sua família, a partir de agora ele é o responsável por qualquer violência que me vier a acontecer, seja a praticada pessoalmente por ele, seja a acertada com seus cães de fila, sobre os quais pesa a suspeita de integrarem a corporação de polícia organizada para defender a coletividade [*no momento da agressão a Lúcio, dois policiais militares a paisana acompanhavam Ronaldo Maiorana*]. Não me intimidarei. Continuarei a fazer o jornalismo que sempre fiz ao longo de quase 40 anos e a reagir a todas as violências, contra mim e contra terceiros. Tomarei também as providências administrativas e judiciais cabíveis contra esse cidadão que se considera acima do bem e do mal, dono do Estado. Como não estou à venda, não sou covarde e jamais me curvei aos prepotentes, mesmo que esteja ao seu alcance o maior dos poderes, faço minhas as famosas palavras da lendária heroína espanhola, La Pasionária: “No pasarán”. Não passarão sobre mim pessoas indignas como Ronaldo Maiorana. (Pinto.b.: 2005).

Uma semana depois, o Portal de notícias e análises jornalísticas *Observatório da Imprensa* (www.observatoriodaimprensa.com.br) reproduziu a seguinte nota, enviada pelo empresário Ronaldo Maiorana:

Qualquer tipo de grosseria é um erro, e a cometida no restaurante contra o jornalista Lúcio Flávio Pinto foi um deles. Mas isto foi a consequência. A causa provém de longos 17 anos de infâmia, calúnia e difamação contra uma família que trabalha pelo Pará e contra uma pessoa que contribuiu muito para o jornalismo no Estado, que se chamava Romulo Maiorana [*fundador do grupo e pai do atual presidente*] e que morreu há mais de 18 anos. Esse tinha no jornalismo objetivos claros: a informação e o respeito à dignidade das pessoas. Pena que essa escola não foi seguida no Estado. Nenhum Instituto Médico-Legal pode quantificar o dano causado à memória e à honra de membros da família, tanto os de ontem como os de hoje, por esses 17 anos de infâmia, calúnia e difamação. Atenciosamente,
Ronaldo Maiorana - O Liberal - Belém do Pará. (Maiorana: 2013)

O episódio envolvendo o diretor das Organizações Romulo Maiorana e o editor do JP serviu para chamar atenção da sociedade paraense à luta solitariamente conduzida há quase 19 anos pelo *Jornal Pessoal*. Certamente destinada a calar a voz de Lúcio Flávio Pinto, a agressão física e a ameaça de morte tiveram efeito radicalmente distinto: foram amplamente noticiadas, ao longo de uma semana, pelo jornal *Diário do Pará* – ainda que por razões não só de ordem jornalística.

É força reconhecer que, se a matéria “O Rei da Quitanda”, foi capaz de provocar a fúria do jornalista Ronaldo Maiorana, um dos herdeiros do Grupo de Comunicação Maiorana, a ponto





de fazê-lo partir para a agressão física contra o jornalista Lúcio Flávio Pinto, isso significa que o *Jornal Pessoal*, embora tenha uma tiragem extremamente restrita (3.000 exemplares), é capaz de influenciar os chamados formadores de opinião pública. Não há outro motivo que justifique a explosão de fúria ocorrida. Este fato cimta a nossa convicção de que o *Jornal Pessoal*, embora não alcance o chamado grande público (ou leitor mediano, como se queira), sua influência vai muito além do que a mera aferição matemática de sua tiragem pode sugerir. Em suma, o *Jornal Pessoal* tem alta relevância política e suas informações – frequentemente, veiculadas à margem dos interesses dos dois titãs da imprensa paraense – rompem eventuais simetrias na divulgação (ou ocultação) de fatos de interesse coletivo.

Fosse um jornal inexpressivo do ponto de vista do seu alcance político, certamente Ronaldo Maiorana teria optado por ignorar a publicação, evitando alimentar o ressentimento que desencadeou o ato de fúria já referido.

Acrescente-se que o jornalista Lúcio Flávio Pinto parece convencido de que faz parte de sua tarefa como jornalista confrontar-se com o poder sempre que este tentar opor obstáculos ao acesso às informações de interesse coletivo. Homem de notória cultura e reconhecida capacidade intelectual – o que o torna um adversário sempre difícil de ser refutado em debates públicos -, Lúcio Flávio Pinto tem insistido em investigar não somente o conteúdo das notícias dos dois titãs da imprensa paraense, apontando-lhes eventuais parcialidades na divulgação das informações, sobretudo em face do poder político local, mas também tem dedicado considerável tempo e energia em divulgar dados e informações sobre a saúde financeira de tais jornais. Na última edição do *Jornal Pessoal* (Pinto.c.: 2013), por exemplo, Lúcio Flávio Pinto publicou matéria de capa sob o título “Improbidade com Maiorana”. A matéria trata de uma contratação celebrada entre a Casa Militar do Governo do Pará e a ORM Air Táxi Aéreo, empresa de aviação pertencente aos mesmos proprietários do jornal *O Liberal*, e que se encontra sob investigação do Ministério Público Estadual.

Evidentemente, essa postura vigilante do jornalista paraense em relação à atuação dos grandes jornais de Belém do Pará favorece exponencialmente a circulação e a pluralidade de informações que, de outro modo e considerando os poderosos interesses locais, não chegariam ao conhecimento da opinião pública. Por conta disso, os críticos de Lúcio Flávio Pinto acusam-no,





não raro, de se converter em uma espécie de demiurgo da moral pública, papel que poderia levar a perigosos desvirtuamentos da sua função primordial de informar.

De qualquer maneira, motivações pessoais à parte, o que parece indubitável – e esta é a hipótese central defendida no presente ensaio – é que o *Jornal Pessoal* (jornal que, por óbvio, se confunde com a própria figura de Lúcio Flávio Pinto, seu único redator e editor) representa uma revolta contra a simetria das informações quando os jornais *Diário do Pará* e *O Liberal* alinham seus interesses econômicos e políticos e deixam, assim, de divulgar informações de interesse coletivo. Na seção seguinte, veremos com mais detalhes como, à luz da teoria das elites schumpeteriana, o *Jornal Pessoal* contraria interesses de poderosos grupos empresariais e políticos, de modo a configurar a revolta contra a simetria de informações aqui sugerida.

5. SCHUMPETER, JORNAL PESSOAL E A REVOLTA CONTRA A SIMETRIA DAS INFORMAÇÕES

A luta entre os dois grandes jornais paraenses, ambos com sede em Belém, extrapola os limites da competição meramente empresarial para se converter, sobretudo, em uma competição de cunho político cuja meta mal disfarçada não parece ser outra senão liquidar a concorrência não somente por razões econômicas ou jornalísticas. Exatamente porque a competição entre os dois titãs da comunicação social paraense exorbitou do campo empresarial ou econômico para invadir o campo político é que grupos políticos rivais aglutinam-se ao lado de um jornal ou de outro, de modo a assegurar, à luz da teoria da democracia minimalista de Joseph Alois Schumpeter, que as informações de interesse público possam circular e chegar, assim, ao conhecimento da opinião pública.

Assim, se o PMDB de Jader Barbalho se integrar à coalizão governamental como sucedeu no governo de Ana Júlia Carepa, do PT, no período de 2007-2010, *O Liberal* passa a criticar intensamente o governo. Se, todavia, o PMDB pende para a oposição, *O Liberal* não hesita em apoiar a coalizão governamental. Esse movimento político pendular do PMDB é



igualmente acompanhado pelo jornal das Organizações Rômulo Maiorana, só que na medida inversa da variação ocorrida pelo partido comandado pelo senador Jáder Barbalho.

Vale frisar que o PMDB jaderista tem assumido o papel de fiel da balança na luta entre PT e PSDB no Pará. Qualquer que seja o resultado das eleições majoritárias, “vermelhos” e “amarelos” sabem que precisarão do apoio do PMDB para lograr maioria legislativa tranqüila seja na Assembléia Legislativa do Estado, seja na Câmara Municipal de Belém. A alternativa a esse cenário até aqui claramente delineado é buscar o apoio dos partidos chamados nanicos, o que sempre aumenta os custos de transação para o partido governante que necessita alcançar maioria legislativa.

No momento atual, o PMDB, provavelmente incomodado com o crescimento do PSDB nas últimas eleições municipais, sobretudo em cidades importantes da Região Metropolitana de Belém (Belém e Ananindeua são os maiores colégios eleitorais do Estado do Pará e passaram para as mãos dos tucanos em 2012), assumiu uma posição crítica em relação ao governo do economista Simão Jatene.

Na mesma proporção inversa, *O Liberal*, que antes criticara a aliança com o PMDB, continua a atacar pesadamente o senador Jáder Barbalho e deixou de criticar o governo do PSDB estadual. Perda particularmente dura para o PMDB certamente foi a da cidade de Ananindeua que fora governada por oito anos por Barbalho, filho do senador Jáder.

Como se sabe, a teoria da democracia em Joseph Schumpeter concebeu a democracia representativa liberal como mero procedimento pelo qual os eleitores – em sua esmagadora maioria, ainda segundo a mesma concepção, mal informados e indiferentes ao jogo político – escolhem qual das elites concorrentes irá governá-los após vencer as eleições. Assim, de acordo com o notável pensador austríaco (Schumpeter: 2013, 336), “em todos os casos, a iniciativa depende do candidato que se apresenta à eleição e do apoio que possa despertar. Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferências a outras, ou a recusar-se a sufragá-la.” Ainda segundo Schumpeter (Schumpeter: 2013, 337), “o partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político.”

O cientista político Ricardo Borges ressalta, por exemplo, o caráter essencialmente procedimental do pensamento político schumpeteriano:





A definição schumpeteriana de democracia é estritamente procedimental: a democracia é somente um método para a escolha dos governantes, um conjunto de regras que estabelece como devem ser escolhidos aqueles que devem realizar as decisões políticas. Aos eleitores cabe apenas escolher quais políticos desejam eleger. (Schumpeter: 2011, 31).

Se tomarmos, portanto, a teoria democrática schumpeteriana como referencial analítico aplicado ao caso presente, pode-se dizer que a luta empresarial, política e até mesmo idiossincrática entre *O Liberal* e *O Diário do Pará* assegura uma relativa circulação de informações de interesse coletivo, de modo a manter o cidadão consumidor de notícias razoavelmente informado.

Não obstante isso, ocorre, não raro, que os interesses econômicos acabem por sobrepujar as diferenças políticas e idiossincráticas, passando ambos a divulgar somente o que interessa aos grandes anunciantes como o Governo do Pará ou, por exemplo, a mineradora Vale, cuja presença no Pará é muito forte, considerando a exploração do projeto situado na região do Carajás. Nesses momentos, mais frequentes do que seria desejável, há um claro alinhamento entre os dois grandes jornais paraenses que passam a ocultar ou a deixar de divulgar notícias que possam contrariar os interesses dos poderosos anunciantes. As informações passam então a ser simétricas, prejudicando o acesso dos cidadãos a fatos que lhes interessam, muito especialmente as de natureza local. Um exemplo prosaico pode ser citado aqui: a contratação da manicure da então governadora Ana Júlia Carepa como assessora de governo só pode ser descoberta porque alguém vazou a notícia para a Folha de São Paulo que a divulgou e obrigou, assim, o governo do Pará a retroceder e a tornar sem efeito o ato de nomeação. Os dois grandes jornais nada noticiaram a respeito, sonegando, assim, da opinião pública o acesso a essa informação que, embora prosaica, deixava transparecer a confusão que o governo fazia entre o manuseio da coisa pública em face dos interesses meramente privados.

Quando as informações se tornam simétricas, perde o cidadão interessado em obter acesso à verdade factual e o poder – seja essencialmente político (caso do governo do Pará), seja majoritariamente econômico (caso da empresa Vale) – logra colocar seus atos contraditórios fora do potencial escrutínio da opinião pública mais bem informada.

O *Jornal Pessoal* é, portanto, a única publicação no âmbito regional que procura divulgar a verdade factual, rompendo os eventuais pactos pelo silêncio dos dois gigantes locais.





Publicado, como vimos, por um único homem, o jornalista Lúcio Flávio Pinto, que assumiu para si a tarefa de informar, sobretudo quando isso implicasse no confronto com os interesses dos dois titãs da imprensa paraense e, por conseguinte, dos que se encontrassem sob seu manto protetor.

6. CONCLUSÕES

Diante do cenário exposto, o certo é que o *Jornal Pessoal* pode ser reputado como a única publicação que exprime uma revolta contra a simetria das informações praticada pelos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*. A toda evidência, Lúcio Flávio Pinto não representa nenhum grupo político determinado, ao menos não partidarizado, e a influência pública de seu jornal certamente deixaria Schumpeter um tanto surpreso ao constatar que a esfera pública pode ser ocupada não somente pelo choque entre grupos políticos distintos, mas também por indivíduos isolados cujos interesses de ordem coletiva encontram forte ressonância no bojo da opinião pública.

Convertido, assim, em proprietário, redator e editor do *Jornal Pessoal*, Lúcio Flávio Pinto se tornou ele mesmo um personagem relevante da imprensa local, pois o que publica reverbera, sobretudo entre as parcelas mais lúcidas e bem informadas da opinião pública paraense. Sua postura aguerrida tem suscitado críticas variadas, algumas o acusando de ser extremamente vaidoso do ponto de vista estritamente intelectual ou o apontando como alguém que se arvorou indevidamente ao papel de fiscal (e moralista) da sociedade e dos poderes constituídos.

Não há vencedores e nem vencidos – não se pode ter uma perspectiva maniqueísta. Apenas uma relação de desequilíbrio entre o acesso à informação e controle político da população.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 11. ed. São Paulo: Graal Editora, 2010.

BORGES, Ricardo. **Minimalismo Schumpeteriano, Teoria Econômica da Democracia e Escolha Racional**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 27-42, fev. 2011.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia. Dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

DAHL, Robert. **Poliarquia** (edição atualizada). São Paulo: Edusp, 2005.

FERNANDES, Ana Paula Menezes. **Reflexão sobre a regulação da convergência mediática na sociedade da informação**. In Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 24, n. 1, 63-78, 2011.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: Sumaré, 1991.

IYENGAR, Shanto. **The accessibility bias in politics: television news and public opinion**. International Journal of Public Research. Vol. 2, n. 1, 1990, p. 1-15.





LIMA, Venício A de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (número 29): São Paulo, 1995.

MARANHÃO, Haroldo. **Querido Ivan**. Belém do Pará: Grafisa, 1988.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MILL, J. Stuart. **Sobre a Liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MIGUEL, Luiz Felipe (org.). **Dossiê Mídia e Política**. Revista Brasileira de Sociologia e Política (número 21): São Paulo, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Disponível no site: www.ordemlivre.org.br. Acesso em: 20.01.2013.

PORTO, Mauro. “Enquadramentos de Mídia e Política”, em A.A. Canelas Rubim (org). **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Salvador, 2004, EDUFBA.

ROTHBERG, Danilo. **Política mediada, democracia e elites**. Comunicação e Política, v. 23, n. 2, 2005, p. 15-40.

RUBIM, Albino. **Idade Mídia**. 2.ed. Salvador, EDUFBA, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. **Poliarquia em 3D**. Rio de Janeiro: Revista Dados, 1998.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília, 2011.

THOMPSON, John. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2012.

VEIGA, Luciana F. ; SOUZA, N. R. ; Cervi, Emerson. As estratégias de retórica na disputa pela prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 13, p. 51-73, 2009.

VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

